

BRASIL

Criação da Cide-Tabaco volta a se fortalecer no Congresso

No momento em que o governo debate ajuste fiscal, fórmulas que busquem sustentabilidade econômica para políticas de saúde vêm se fortalecendo no legislativo federal.

Entre as propostas, a que trata do financiamento do tratamento de doenças tabaco-relacionadas, que tramita na Câmara dos Deputados - o Projeto de Lei Complementar (PLP 4/2015) - de autoria do Deputado Alessandro Molon (PT-RJ), que cria a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre fabricação ou importação de tabaco e seus derivados para o custeio do tratamento aos doentes vítimas do tabagismo.

Entre os desafios para aprovar a Cide-Tabaco, Molon terá que convencer o legislativo que o novo projeto supera o anterior, PLP nº 139, de 2000, de autoria da deputada Luci Choinacki, que obteve parecer contrário do deputado Mussi Demos, relator do PL em 2004, que se opôs a uma nova tributação do setor.

Outros Projetos de Lei criando a Cide-Tabaco também foram rejeitados, caso do PL 934/03, de Lupércio Miranda, cuja proposta de alíquota seria de 10%, e o PL 5232/05, do deputado Amauri Gasques (PL-SP), com 3% sobre o valor de comercialização dos produtos com tabaco.

Em 2007, a criação de uma Cide para o tabaco foi apoiada pelo governo, em conjunto com os ministérios da Saúde, Agricultura e Desenvolvimento Agrário, com o apoio sindical da Fetraf-Sul – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar dos Três Estados do Sul.

Na época, o coordenador da Fetraf-Sul para o RS, Ari Pertuzatti disse que “a decisão política de criar uma contribuição das empresas fumageiras para formar o Fundo do Apoio à Diversificação das Áreas Cultivadas com Fumo, representa uma perspectiva concreta de implantação de alternativas para os fumicultores interessados em abandonar a atividade”.

Fonte: SE-Conicq